



Simulado de Manutenção da

Magistratura Estadual

(Metas Estratégicas)

Simulado de Manutenção Magistratura Estadual

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Magistratura Estadual;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões;
- 6 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

01 – A B C D
02 – A B C D
03 – A B C D
04 – A B C D
05 – A B C D
06 – A B C D
07 – A B C D
08 – A B C D
09 – A B C D
10 – A B C D
11 – A B C D
12 – A B C D
13 – A B C D
14 – A B C D
15 – A B C D
16 – A B C D
17 – A B C D
18 – A B C D
19 – A B C D
20 – A B C D

21 – A B C D
22 – A B C D
23 – A B C D
24 – A B C D
25 – A B C D
26 – A B C D
27 – A B C D
28 – A B C D
29 – A B C D
30 – A B C D
31 – A B C D
32 – A B C D
33 – A B C D
34 – A B C D
35 – A B C D
36 – A B C D
37 – A B C D
38 – A B C D
39 – A B C D
40 – A B C D

41 – A B C D
42 – A B C D
43 – A B C D
44 – A B C D
45 – A B C D
46 – A B C D
47 – A B C D
48 – A B C D
49 – A B C D
50 – A B C D
51 – A B C D
52 – A B C D
53 – A B C D
54 – A B C D
55 – A B C D
56 – A B C D
57 – A B C D
58 – A B C D
59 – A B C D
60 – A B C D

61 – A B C D
62 – A B C D
63 – A B C D
64 – A B C D
65 – A B C D
66 – A B C D
67 – A B C D
68 – A B C D
69 – A B C D
70 – A B C D
71 – A B C D
72 – A B C D
73 – A B C D
74 – A B C D
75 – A B C D
76 – A B C D
77 – A B C D
78 – A B C D
79 – A B C D
80 – A B C D

81 – A B C D
82 – A B C D
83 – A B C D
84 – A B C D
85 – A B C D
86 – A B C D
87 – A B C D
88 – A B C D
89 – A B C D
90 – A B C D
91 – A B C D
92 – A B C D
93 – A B C D
94 – A B C D
95 – A B C D
96 – A B C D
97 – A B C D
98 – A B C D
99 – A B C D
100 – A B C D

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

01. Em relação à usucapião, assinale a alternativa incorreta:

- a) a existência de contrato de arrendamento mercantil do bem móvel impede a aquisição de sua propriedade pela usucapião, e, mesmo verificada a prescrição da dívida, existe óbice legal para prescrição aquisitiva;
- b) o bem imóvel público não está sujeito a usucapião;
- c) aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural;
- d) aquele que, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis;
- e) o imóvel público não é passível de usucapião, independentemente do tempo de posse de boa-fé daquele que pretende a exercer.

02. Não é requisito para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil:

- a) haver sido proferida por juiz competente;
- b) estar traduzida por intérprete autorizado;
- c) ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) não tenha sido verificada à revelia;
- e) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida.

03. Há três tipos de testamentos ordinários previstos no Código Civil: o público, o cerrado e o particular. Em relação ao testamento público, é requisito essencial:

- a) ser escrito por tabelião ou por seu substituto legal em seu livro de notas, de acordo com as declarações do testador, não podendo conter notas ou apontamentos;
- b) lavrado o instrumento, ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do oficial;
- c) que o testador o entregue ao tabelião em presença de duas testemunhas;
- d) que o auto de aprovação seja assinado pelo tabelião, pelas testemunhas e pelo testador;
- e) que o testador declare que aquele é o seu testamento e quer que seja aprovado.

04. Em relação à posse, é correto afirmar que:

- a) o locatário tem a posse direta do imóvel e o locador a indireta;
- b) o possuidor de boa-fé não responde pela perda da coisa, ainda que tenha dado causa ao fato;
- c) o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário;
- d) o empregado que realiza as entregas no carro da empresa e o guarda diariamente em sua garagem, ainda que por ordem do empregador, terá direito a usucapir o referido bem;
- e) o possuidor de má-fé tem direito aos frutos percebidos durante a posse.

05. Assinale a alternativa que completa a frase conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

É válida a cláusula prevista em contrato de seguro-saúde que autoriza o aumento das mensalidades do seguro quando o usuário completar 60 anos de idade. Caso seja verificada que o aumento da mensalidade não respeitou os limites e requisitos estabelecidos na Lei nº 9.656/98, o beneficiário poderá ajuizar ação para declarar a nulidade da referida cláusula no prazo:

- a) decadencial de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;
- b) prescricional de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;
- c) prescricional de cinco anos para reaver todas as mensalidades pagas;
- d) prescricional de vinte anos se o contrato vigente tiver sido firmado antes da vigência do Código Civil de 2002;
- e) prescricional de dez anos, já que não há prazo específico previsto na lei.

06. Sobre os direitos da personalidade, segundo o que dispõe o Código Civil de 2002 e de acordo com o entendimento do STJ, assinale a alternativa correta:

- a) A reclamação por perdas em danos em razão de ameaça ou lesão a direito da personalidade obsta outras sanções previstas em lei, dado o risco de incorrer em bis in idem.
- b) Aquele que tem sua imagem publicada para fins econômicos e comerciais, sem autorização, deve provar o prejuízo sofrido para requerer a indenização.
- c) Aquele que sofre ofensa aos direitos da personalidade e ao mesmo tempo danos estéticos, deverá escolher por qual dos danos irá requerer indenização, uma vez que é vedada a cumulação.
- d) É lícito que seja proibida a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem, exceto se para a manutenção da ordem pública, se necessárias à administração da justiça ou se autorizada.
- e) É vedada a alteração unilateral do nome dos filhos, sem a autorização prévia do cônjuge em toda e qualquer hipóteses.

07. Sobre os contratos, segundo o Código Civil de 2002 e o entendimento do STJ é correto afirmar que:

- a) Nos contratos de seguro, a correção monetária sobre a indenização securitária incide a partir do evento que gerou a obrigação até o efetivo pagamento.
- b) É válida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação.
- c) A fiança prestada sem a outorga uxória invalida a fiança, porém, não por inteiro, sendo válidas as cláusulas que não necessitavam, à data da contratação, de autorização prévia.
- d) É possível a renúncia antecipada do direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário.
- e) Aos tutores, curadores e em geral todos os administradores de bens alheios é reservado o direito de dar em comodato, ainda que sem autorização, os bens confiados à sua guarda.

08. Robson e Roberta casaram-se aos 18 anos. Aos 20, resolveram divorciar-se. Roberta nunca exercera atividade remunerada, por isso requereu prestação de alimentos em face de Robson. O juízo determinou o pagamento. Ao completarem 21 anos, Robson requereu, em juízo, a exoneração do dever alimentar e, enquanto tramitava a ação, deixou de pagar a pensão à ex-esposa. Após sentença que exonerou Robson, Roberta requereu as parcelas não pagas durante a ação de exoneração e a prisão civil de Robson. De acordo com o Código Civil e com o entendimento do STJ:

- a) Roberta não tem razão, pois a sentença que exonera o alimentante retroage à data da citação, sendo vedada a compensação e a repetibilidade.
- b) Roberta não tem razão, pois ao completar 21 anos tornou-se plenamente capaz para os atos da vida civil, não lhe sendo devida, portanto, a prestação de alimentos.
- c) Roberta tem razão, uma vez que os efeitos da sentença que exonera o alimentante do pagamento são *ex nunc*, produzindo efeitos, portanto, a partir do trânsito em julgado.
- d) Roberta tem razão, uma vez que a obrigação de prestar alimentos se estende até que ela seja apta a prover o próprio sustento.
- e) Roberta não tem razão, uma vez que os efeitos da sentença que exonera o alimentante do pagamento são *ex tunc*, alcançando mesmo as parcelas inadimplidas anteriormente à propositura da demanda.

09. Ana, com 17 anos de idade, queria participar de uma festa para maiores de idade, em um pub. Para adquirir o tíquete de entrada pelo site, declarou ser maior de dezoito anos e apresentou documento forjado. Ocorre, porém, que uma das exigências para o ingresso definitivo, era a compra de um cartão exclusivo no valor de R\$ 200,00 para consumo interno, que deveria ser pago na entrada da festa. No dia do evento, negou-se a adquirir o cartão, alegando ser menor de idade e, como o evento estava sendo supervisionado pela polícia, houve o imediato cancelamento, ante a venda de ingressos para menores. Diante do exposto e de acordo com o Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

- a) Caso o evento não houvesse sido cancelado e Ana obtivesse a autorização de seus pais para entrar na festa, sua idade poderia ser invocada para fins de não arcar com o pagamento do cartão de consumo interno.
- b) Em razão de sua tenra idade, Ana não poderá ser responsabilizada pelos danos causados com o cancelamento da festa, devendo a empresa arcar sozinha com os prejuízos, uma vez que vendeu o ingresso para a menor.
- c) É possível que a empresa que sofreu os danos pelos atos de Ana litigue concomitantemente em face dela e de seus pais, uma vez que a responsabilidade dos filhos é subsidiária em relação a de seus pais.
- d) A empresa deverá arcar com os danos, independentemente de qualquer outro fator, uma vez que o ingresso vendido ao relativamente incapaz gera a nulidade do negócio jurídico.
- e) Somente os pais de Ana serão responsabilizados pelos danos causados pela menor, uma vez que a lei é clara ao determinar a responsabilidade dos pais pelos filhos menores.

10. Sobre o condomínio e sua administração, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil de 2002:

- a) Ainda que um condômino administre sem oposição dos demais, este não será reputado representante comum, pois administrou por mera liberalidade.
- b) É vedada a administração por pessoa alheia ao condomínio.
- c) A maioria deve ser calculada pelos quinhões dos condôminos.
- d) As deliberações serão obrigatórias, sendo tomadas por maioria simples.
- e) Não sendo possível alcançar maioria absoluta nas decisões, o administrador terá o voto decisivo, sendo vedada a judicialização.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

11. Jurisdição é o poder que o Estado tem de resolver os conflitos, substituindo a vontade das partes e impondo essa decisão coercitivamente. Assinale a alternativa que estabelece, de acordo com a teoria clássica, majoritária no Brasil, a característica da jurisdição voluntária.

- a) Tem caráter administrativo.
- b) Ocorre em um procedimento em que há interessados e formação coisa julgada.
- c) A jurisdição atua a partir de uma lide, na qual há conflitos de interesse.
- d) Tem por finalidade a atuação do direito e a pacificação social.
- e) Um exemplo de jurisdição voluntária é a ação de restauração de autos.

12. No que tange aos critérios de modificação de competência,

- a) a competência determinada em razão do território, pessoa ou função é derogável por convenção das partes.
- b) reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum pedido, as partes e a causa de pedir.
- c) os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, ainda que um deles já tenha sido sentenciado.
- d) a reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, ocorrendo a prevenção com o oferecimento da contestação pelo réu.
- e) quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.

13. Assinale a alternativa correta:

- a) Em razão do interesse público envolvido, é obrigatória a intervenção do Ministério Público nas ações indenizatórias propostas contra o Estado.
- b) O membro da Advocacia Pública será civil e diretamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- c) A intervenção do Ministério Público é necessária em todos os procedimentos de jurisdição voluntária.
- d) A intimação pessoal dos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública far-se-á da mesma forma prevista para os membros da Advocacia Pública.
- e) O juiz determinará de ofício a intimação pessoal da parte patrocinada pela Defensoria Pública quando o ato processual depender de providência ou informação que somente o representado possa realizar ou prestar.

14. Sobre litisconsórcio e intervenção de terceiros, assinale a alternativa incorreta:

- a) Em ação anulatória de partilha em que os imóveis recebidos pelos herdeiros já foram registrados, o cônjuge do herdeiro casado sob o regime de comunhão universal de bens deve integrar a lide como litisconsorte necessário.
- b) São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.
- c) Mesmo apresentada fora do prazo, a denúncia da lide feita pelo réu pode ser admitida se o denunciado comparece apenas para contestar o pedido do autor.
- d) No chamamento ao processo, a citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 15 dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.
- e) Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.

15. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O termo inicial de contagem dos prazos processuais, em caso de duplicidade de intimações eletrônicas, dá-se com a realizada pelo portal eletrônico, que prevalece sobre a publicação no Diário da Justiça (DJe).
- b) O processo poderá ser suspenso pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- c) A prova testemunhal requerida por carta precatória ou rogatória suspende o processo, sempre.
- d) É admissível a reconvenção sucessiva, também denominada de reconvenção à reconvenção, desde que a questão que justifique a propositura tenha surgido na contestação ou na primeira reconvenção.
- e) Empresa estrangeira que não tenha agência ou filial no Brasil pode ser citada por meio de seu empreposto no país.

16. Quanto aos capítulos da sentença, julgue as afirmativas a seguir:

- I. Quanto à uniformidade do objeto de cognição, os capítulos podem ser homogêneos ou heterogêneos.
- II. Quanto à hierarquia, os capítulos podem ser independentes ou dependentes.
- III. A ação rescisória pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão.
- IV. Admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial por um fundamento, devolve-se ao tribunal superior o conhecimento dos demais fundamentos para a solução do capítulo impugnado.

Estão corretos:

- a) I, II, III.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) III.

17. Considerando a disciplina processual das ações de família, no âmbito do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Na audiência, as partes poderão, caso assim o desejem, estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos.
- b) A requerimento das partes, o juiz pode determinar a suspensão do processo, enquanto os litigantes se submetem à mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.
- c) A audiência de mediação e conciliação poderá dividir-se em, no máximo, duas sessões para viabilizar a solução consensual, sem prejuízo de providências jurisdicionais para evitar o perecimento do direito.
- d) Nas ações de família, o Ministério Público intervirá em todos os procedimentos.
- e) Quando o processo envolver discussão sobre fato relacionado a abuso ou à alienação parental, o juiz, ao tomar o depoimento do incapaz, deverá estar sozinho e isolado das partes.

18. Considerando a disciplina processual das ações de alimentos, tanto na fase de conhecimento quanto no cumprimento da sentença, assinale a alternativa correta:

- a) Nas ações de alimentos, o pedido de alimentos provisórios é considerado implícito, dispensando sua formulação expressa na petição inicial.
- b) No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia, ou de decisão interlocutória que fixe alimentos débito alimentar, a prisão civil do alimentante somente pode ser decretada após o inadimplemento de três prestações consecutivas.
- c) No cumprimento de sentença, a prisão civil será cumprida em regime aberto, devendo o preso ficar separado dos presos comuns e sendo permitida sua saída para trabalho externo.
- d) A prisão civil no cumprimento de sentença, que condene ao pagamento de prestação alimentícia, somente se aplica aos alimentos definitivos.
- e) Em hipótese alguma a prestação alimentícia poderá ser fixada tomando por base o salário-mínimo, devendo ser estabelecida pelo juiz em quantia certa e corrigida conforme os índices oficiais de recomposição dos valores.

19. A Ação Rescisória é ação de conhecimento, de natureza constitutiva negativa, que se destina a desconstituir a coisa julgada nas hipóteses de rescindibilidade previstas em lei. A respeito dessa ação autônoma de impugnação de decisões judiciais, é correto afirmar:

- a) A decisão transitada em julgado que impeça nova propositura da demanda, ou a admissibilidade do recurso correspondente, será passível de impugnação por meio de ação anulatória, não sendo cabível ação rescisória por não se tratar de decisão de mérito.
- b) Contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento, caberá ação rescisória com fundamento em violação manifesta de norma jurídica, hipótese em que caberá ao autor, sob pena de improcedência liminar do pedido, demonstrar, fundamentadamente, tratar-se

de situação particularizada por hipótese fática distinta ou de questão jurídica não examinada, a impor outra solução jurídica.

- c) O direito à rescisão do pronunciamento judicial nas hipóteses previstas em lei se extingue em 2 anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, prazo este improrrogável ainda que expire em dia em que não houver expediente forense, por se tratar de prazo decadencial.
- d) A decisão de mérito transitada em julgado pode ser rescindida quando o autor obtiver, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável, hipótese em que o termo inicial do prazo será a data de descoberta da prova nova, observado o prazo máximo de 10 anos, contado do trânsito em julgado da decisão rescindenda.
- e) Nas hipóteses de cabimento de ação rescisória por simulação ou colusão das partes a fim de fraudar a lei, o prazo para a propositura da ação começará a contar para o terceiro prejudicado e para o Ministério Público que não interveio no processo a partir do momento em que eles tiverem ciência da simulação ou da colusão..

20. Quanto aos recursos, é correto afirmar:

- a) Ocorrerá a preclusão consumativa do recurso para a parte que aceitar, ainda que tacitamente, sentença que lhe foi desfavorável.
- b) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- c) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- d) O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente e será admissível na apelação, no agravo, no recurso extraordinário e especial.
- e) A decisão deve ser impugnada no todo, sob pena de não conhecimento do recurso interposto.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Henrique da Rosa

21. Sobre Direito do Consumidor, é INCORRETO afirmar que:

- a) O CDC dispõe que as suas normas principiológicas são de ordem pública e interesse social e de natureza difusa. Portanto, as demais normas, numa interpretação em contrário, não possuem esta natureza.
- b) O CDC estabelece presunção absoluta de vulnerabilidade do consumidor.
- c) Para se caracterizar a lesão no CDC, ao contrário do Direito Civil, basta a presença de cláusula contratual que estabeleça prestações desproporcionais, em prejuízo do consumidor.
- d) Quanto à inversão do ônus da prova em benefício do consumidor, o CDC adotou a teoria dinâmica, sendo esta providência a critério do juiz.
- e) Nem todo o serviço público pode ser objeto da relação jurídica de consumo, apenas o fruído de modo individualizado, mensurável pelo cidadão e pago por tarifa ou preço público.

22. Sobre Direito do Consumidor, é CORRETO afirmar que:

- a) Um bem imaterial não pode ser produto, em nenhuma condição.
- b) O CDC estabeleceu apenas três espécies de consumidor equiparados além do chamado consumidor *standart*, ou seja, aquele, pessoa física ou jurídica, que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- c) Nenhum produto ou serviço colocado no mercado de consumo pode acarretar risco à saúde ou segurança do consumidor, segundo determina o CDC.
- d) A má apresentação de um produto não implica a sua conceituação como defeituoso.
- e) O CDC prevê três excludentes de responsabilidade para o caso de vício do serviço.

23. Sobre Direito do Consumidor, é CORRETO afirmar que:

- a) a instauração de inquérito civil, até o seu encerramento, obsta a fluência do prazo de reclamação acerca de vícios aparentes e de fácil constatação.
- b) Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato ou vício do produto.
- c) Ao prever que também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores o CDC adotou a Teoria Maior da Desconsideração da Personalidade Jurídica.
- d) Segundo CDC, toda a informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar, mas não integra o contrato que vier a ser celebrado.
- e) Segundo o CDC, é proibida a publicidade de bens e serviços por telefone, salvo quando expressamente autorizada pelo consumidor.

24. Assinale a alternativa correta em relação ao processo coletivo previsto na lei 8.078/90:

- a) Interesses ou direitos difusos, são assim entendidos, para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas determináveis ou indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;
- b) Interesses ou direitos difusos, são assim entendidos, para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- c) Interesses ou direitos difusos, são assim entendidos, para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias jurídicas.
- d) Interesses ou direitos difusos, são assim entendidos, para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- e) Interesses ou direitos difusos, são assim entendidos, para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma origem comum.

25. Assinale a alternativa incorreta em relação ao Código de Defesa do Consumidor:

- a) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. O Código de Defesa do Consumidor utiliza a teoria finalista.
- b) O Código de Defesa do Consumidor estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social.
- c) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, exceto os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição

ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

- d) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
- e) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

26. Quando uma mãe solteira entrega sua criança a adoção, essa intenção de entregar a criança a adoção deverá ser confirmada em audiência judicial. Se a mãe não comparecer à audiência, nem comparecer o outro genitor ou qualquer representante da família extensa com a finalidade de alcançar a guarda ou exercer o poder familiar, o juiz deverá:

- a) suspender a realização da audiência e determinar a devolução da criança à mãe.
- b) determinar a condução coercitiva da mãe à audiência em prosseguimento designada em no máximo 30 dias contados da data original.
- c) determinar a extinção do poder familiar da mãe e determinar o cadastro da criança nos registros adotivos.
- d) determinar a suspensão do poder familiar da mãe e colocar a criança em situação de guarda provisória.
- e) suspender a realização da audiência e colocar a criança em situação de acolhimento familiar ou institucional.

27. A respeito da adoção pelo tutor ou curador, é correto afirmar que:

- a) o tutor e o curador estão impedidos de adotar.
- b) o tutor e o curador só podem adotar com a concordância dos pais originais.
- c) o tutor e o curador não podem adotar se houver outro interessado na adoção.
- d) o tutor e o curador estão dispensados de prévio cadastro adotivo em qualquer hipótese.
- e) o tutor e o curador não podem adotar antes de dar conta da sua administração e saldar eventual alcance.

28. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, criança acompanhada por um dos pais poderá viajar ao exterior:

- a) em qualquer caso.
- b) desde que haja autorização expressa do outro pai, dispensado o reconhecimento de firma.
- c) desde que haja autorização expressa do outro pai através de documento com firma reconhecida, seja por semelhança seja por autenticidade.
- d) desde que haja autorização expressa do outro pai através de documento com firma reconhecida por autenticidade.
- e) desde que haja autorização judicial.

29. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o adolescente privado de liberdade tem direito de receber visitas:

- a) diariamente.
- b) ao menos a cada dois dias.
- c) ao menos a cada dez dias.
- d) ao menos semanalmente.
- e) ao menos a cada duas semanas.

30. A autoridade judiciária poderá aplicar medida socioeducativa ainda que:

- a) o adolescente tenha se tornado maior de idade.
- b) esteja provada a inexistência do fato.
- c) não haja prova da existência do fato.
- d) o fato não constitua ato infracional.

e) não haja prova de ter o adolescente concorrido para o ato infracional.

DIREITO PENAL

Rodrigo Assumpção

31. O dolo e a culpa, como elementos do fato típico, constituem-se como elementos da conduta humana. Em relação às teorias que tratam do conceito de conduta, assinale a alternativa correta:

- a) O sistema clássico adota a teoria causalista, para a qual a conduta é o comportamento humano voluntário que produz um resultado no mundo exterior.
- b) O sistema neokantista desenvolveu a teoria da evitabilidade, para a qual só é culpável quem pratica o fato típico quando não lhe era exigível uma conduta diversa.
- c) O sistema finalista adotou a teoria psicológico-normativa em relação à culpabilidade, pois os elementos psicológicos (dolo e culpa) foram deslocados para a conduta.
- d) O sistema neoclássico, em relação à conduta, adotou a teoria finalista.
- e) O dolo natural é típico da teoria causalista.

32. Sobre a teoria do erro, assinale a alternativa correta:

- a) O erro de proibição inevitável exclui a ilicitude, e como consequência, o agente será isento de pena.
- b) É possível que o erro de tipo seja inescusável e o agente deixe de responder pelo crime.
- c) No crime putativo por erro de tipo o agente não sabe que pratica um fato descrito na lei como crime, quando na verdade o faz.
- d) Segundo a teoria extremada da culpabilidade as discriminantes putativas podem ser por erro de proibição indireto e por erro de tipo permissivo.
- e) Ocorre o resultado diverso do pretendido ou aberratio criminis quando o agente, por inabilidade, acerta vítima que se encontrava próxima daquela que o agente pretendia acertar.

33. Analise as alternativas e marque a incorreta:

- a) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- b) Condenações anteriores transitadas em julgado não podem ser utilizadas como personalidade ou conduta social desfavorável.
- c) Em se tratando de concurso formal de crimes, o perdão judicial concedido para um deles necessariamente deverá abranger o outro.
- d) Condenação por fato posterior ao crime em julgamento não gera maus antecedentes.
- e) É causa de revogação obrigatória da suspensão condicional da pena o descumprimento, pelo condenado, da prestação de serviços à comunidade durante o primeiro ano da suspensão, quando esta condição lhe tiver sido imposta.

34. Sobre o concurso de pessoas, julgue os itens a seguir:

- I – O concurso de pessoas é aplicável aos crimes eventualmente coletivos.
- II – Não há participação dolosa em crime culposo e tampouco participação culposa em crime doloso.
- III – Segundo a teoria objetivo-formal, adotada para o conceito de autoria, autor é todo aquele que realiza o núcleo do tipo penal.
- IV – A participação dolosamente distinta (desvio subjetivo entre os agentes) é uma mitigação à teoria monista.

Estão corretos:

- a) I e III
- b) I e IV
- c) II e III
- d) II e IV
- e) III e IV

35. Sobre a prescrição penal, assinale a alternativa correta:

- a) O prazo de prescrição da pena de multa é de dois anos, seja ela cominada isolada ou cumulativamente com a pena privativa de liberdade.
- b) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a redução do prazo prescricional à metade, com base no art. 115, do Código Penal (senilidade), pode ser aplicada no momento do acórdão, acaso a sentença tenha absolvido o réu e primeira condenação sobrevier no acórdão.
- c) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, salvo se o Tribunal do Júri desclassificar o crime.
- d) Em sendo o agente reincidente, tal circunstância terá influência no cálculo da prescrição da pretensão punitiva propriamente dita.
- e) No caso de concurso formal de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre o resultado da exasperação.

36. Eduardo era subordinado de Mônica, e depois que Mônica o destratou publicamente, resolveu assassiná-la. Desta forma, alguns dias depois do ocorrido e no dia em que Mônica estacionou seu veículo em sua residência, Eduardo alvejou-a com oito disparos de arma de fogo. Neste contexto, Eduardo praticou o seguinte crime:

- a) Homicídio simples.
- b) Homicídio qualificado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino (Feminicídio).
- c) Homicídio qualificado pelo recurso que tornou impossível a defesa da ofendida.
- d) Homicídio qualificado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino (Feminicídio) e pelo recurso que tornou impossível a defesa da ofendida.
- e) Homicídio qualificado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino (Feminicídio), pelo motivo torpe e pelo recurso que tornou impossível a defesa da ofendida.

37. Sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a subtração de sinal de TV a cabo ou de internet possui valor econômico e equipara-se ao furto de energia.
- b) Não incidirá a causa de aumento do furto praticado durante o repouso noturno quando o crime for praticado em estabelecimento comercial.
- c) Segundo entendimento majoritário dos tribunais superiores, o furto não será qualificado pelo rompimento de obstáculo quando ele integrar a própria coisa subtraída.
- d) O crime de roubo qualificado pelo emprego de explosivo é crime hediondo.
- e) O estelionato na modalidade fraude para recebimento de indenização de seguro é crime material, exigindo, para sua consumação, a obtenção da vantagem ilícita em prejuízo alheio.

38. Sobre os crimes contra a fé pública e a administração pública, assinale a assertiva correta:

- a) A caracterização do crime de falso testemunho depende da existência de efetiva influência na convicção do magistrado.
- b) Não configura o crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor o uso de fita adesiva.
- c) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, é possível a aplicação do princípio da insignificância nos crimes de peculato.
- d) No peculato impróprio, o agente tem a posse legítima da coisa, apropriando-se dela.
- e) O médico do SUS que exige determinada quantia do paciente sob pena de não o atender pratica o crime de concussão, e a consumação do crime não exige a obtenção da vantagem pelo médico.

39. Sobre a Lei nº 11.343/06, assinale a alternativa que expressa o entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça:

- a) Não é cabível a aplicação retroativa da Lei nº 11.343/06 aos crimes praticados sob a égide da Lei nº 6.368/76.
- b) A causa de aumento de pena referente à interestadualidade do tráfico de drogas, prevista no art. 40, V, da Lei n. 11.343/2006, prescinde da efetiva transposição do estupefaciente, se houver nos autos comprovação de que a substância estava destinada a outro estado da federação.
- c) Há bis in idem na aplicação de causa de aumento de pena pela transnacionalidade (art. 40, inciso I, da Lei nº 11.343/06) no crime previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/06.
- d) O agente que atua diretamente na traficância e que também financia ou custeia a aquisição de drogas deve responder pelo tipo autônomo previsto no art. 40, VII, da lei nº 11.343/06.
- e) A causa de diminuição de pena prevista no §4º do art. 33 da Lei de Drogas pode ser aplicada se previsto algum dos requisitos nela previstos.

40. Em relação à Lei nº 7.210/84, assinale a alternativa correta:

- a) É possível a remição da pena pelo trabalho aos presos que cumprem pena em regime aberto.
- b) Constitui sanção disciplinar o isolamento em cela própria, e ela só pode ser aplicada por decisão judicial, precedida de manifestação do Ministério Público e da defesa.
- c) É necessária oitiva do sentenciado em juízo antes do reconhecimento da falta grave, ainda que a ele tenha sido oportunizada a possibilidade de se manifestar no âmbito do procedimento administrativo instaurado para apuração da infração disciplinar, e que estivesse devidamente acompanhado de defesa técnica.
- d) A prática de falta grave interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto.
- e) É reconhecida a retroatividade do patamar estabelecido no art. 112, V, da Lei n. 13.964/2019, àqueles apenados que, embora tenham cometido crime hediondo ou equiparado sem resultado morte, não sejam reincidentes em delito de natureza semelhante.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

41. Sobre os entendimentos sumulados pelo Superior Tribunal de Justiça, assinale a incorreta.

- a) É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.
- b) O núcleo de prática jurídica, por exercer múnus público, não precisa apresentar procuração em relação àqueles que representa no processo penal.
- c) É desnecessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514, do Código de Processo Penal (crimes de responsabilidade dos funcionários públicos), na ação penal instruída por inquérito policial.
- d) A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em *habeas corpus*.
- e) A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.

42. Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores a respeito das comunicações processuais e nulidades, assinale a alternativa correta.

- a) É relativa a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de carta precatória para inquirição de testemunha.
- b) É nula a citação por edital de réu preso em unidade da federação vizinha àquela em que o juiz exerce a sua jurisdição.
- c) A nomeação de defensor dativo supre a nulidade por falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia.
- d) Na esteira do contraditório e ampla defesa, é indispensável a intimação da defesa da data da audiência no juízo deprecado, mesmo que já tenha sido intimada da expedição da carta precatória.
- e) É nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia.

43. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A perempção não se aplica nas ações penais de iniciativa pública incondicionada ou condicionada à representação, mas somente às ações penais de iniciativa privada.
- b) São inafiançáveis os crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e os definidos como crimes hediondos.
- c) A sistemática de arquivamento do inquérito policial foi alterada. Embora as disposições estejam com eficácia suspensa, elas preveem que as peças de informação serão arquivadas pelo próprio Ministério Público, sem a intervenção judicial, submetidas à homologação por uma instância revisora da própria instituição, com possibilidade de a vítima submeter a questão a essa revisão ministerial.
- d) A inafiançabilidade nos casos de crimes hediondos não impede a concessão judicial de liberdade provisória ao preso.
- e) Com o arquivamento de inquérito policial por insuficiência de provas, de acordo com as novas determinações trazidas pela Lei nº 13.964/2019, não se mostra possível que a autoridade policial venha a retomar diligências investigatórias, ainda que tenha notícia de novas provas.

44. Da decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal, caberá interposição de:

- a) Recurso em sentido estrito, no prazo de 5 (cinco) dias.
- b) Apelação, no prazo de 10 (dez) dias.
- c) Carta testemunhável, no prazo de 2 (dois) dias.
- d) Recurso em sentido estrito, no prazo de 10 (dez) dias.
- e) Apelação, no prazo de 05 (cinco) dias.

45. Assinale a alternativa correta em relação às provas, de acordo com o Código de Processo Penal em sua redação vigente (determinada pelo Pacote Anticrime) e a jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.
- b) Depois de devidamente qualificado e cientificado do teor da acusação, o acusado será informado, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer em silêncio, o qual poderá ser interpretado em seu prejuízo.
- c) Não existe ordem preestabelecida para realização dos atos na audiência una, devendo a instrução ser realizada de acordo com a melhor sequência das provas para a busca da verdade.
- d) Quando a infração deixar vestígios, será necessário o exame de corpo de delito, direto ou indireto, o qual poderá ser dispensado se houver confissão do acusado.
- e) Nos exatos termos da lei, o juiz não poderá ouvir testemunhas que não tenham sido indicadas previamente pelas partes, sob pena de cerceamento de defesa.

46. Considere as afirmações a seguir a respeito das nulidades e marque a alternativa correta.

- a) A ausência de defensor público, devidamente intimado, à sessão de julgamento dos recursos, implica nulidade processual.
- b) Constitui nulidade processual a ausência de intimação da defesa sobre data de audiência designada no juízo deprecado.
- c) É ilícita a prova obtida mediante conduta da autoridade policial que atende, sem autorização, o telefone móvel do acusado e se passa pela pessoa sob investigação.
- d) A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios praticados em desfavor da parte prejudicada.
- e) Nenhum ato será declarado nulo, se, da nulidade, não resultar prejuízo para a defesa.

47. A respeito da revisão criminal, é incorreto afirmar que:

- a) pode ser fundamentada no arrolamento de novas testemunhas e/ou na reinquirição daquelas já ouvidas no processo de condenação.
- b) poderá ser reiterado o pedido de revisão se fundado em novas provas.
- c) não é meio adequado para reapreciação de teses já afastadas por ocasião da condenação definitiva.
- d) o seu julgamento prejudica a análise de *habeas corpus* anteriormente impetrado com mesmo fundamento.
- e) será admitida quando a sentença condenatória for contrária à evidência dos autos.

48. A respeito das provas no processo penal, é correto afirmar que:

- a) no caso de inobservância de formalidades, ou no caso de omissões, obscuridades ou contradições existentes no laudo pericial, a autoridade judiciária não poderá determinar retificações; deverá determinar a realização de nova perícia, nomeando outro perito.
- b) adota-se no direito processual brasileiro o sistema vinculatório ao laudo pericial, de modo que o juiz fica adstrito àquilo que concluiu a perícia, por se tratar de prova técnica fundamental para demonstração da materialidade.
- c) o interrogatório é ato bifásico e consiste em meio de prova imprescindível para a elucidação dos fatos, de modo que a ausência de sua realização importará em nulidade absoluta.
- d) a confissão, ato divisível e retratável, possui valor relativo, devendo ser analisada de acordo com as demais provas coligidas durante a persecução penal, podendo lhe ser conferida maior ou menor força, a depender do caso.
- e) no reconhecimento de pessoas é recomendável que se observe um rito previsto em lei, com etapas delimitadas; primeiro é realizada a descrição da pessoa a ser reconhecida, seguida da indicação e depois comparação com outras que com ela possuam qualquer semelhança.

49. Em relação à ação penal, é correto afirmar que:
- a) o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública não comporta mitigação e tem envergadura tal no processo penal que não encontra situações nas quais, havendo justa causa, a denúncia possa deixar de ser apresentada.
 - b) o Ministério Público não poderá desistir da ação penal ou mesmo transigir quanto ao seu objeto, tendo em vista o princípio da indisponibilidade.
 - c) à ação penal privada é aplicado o princípio da indivisibilidade, impedindo que a demanda seja intentada em face de apenas um dos acusados.
 - d) a ação penal privada é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.
 - e) promovida denúncia pelo Ministério Público sem a representação do ofendido nos casos em que a lei exigir, deverá a ação ser suspensa até que a irregularidade seja sanada.
50. Em relação ao procedimento do Tribunal do Júri, marque a alternativa correta.
- a) para proferir a decisão de pronúncia, o juiz deve estar convencido da materialidade do fato e da prova cabal da autoria.
 - b) no ordenamento jurídico brasileiro não é cabível o princípio *in dubio pro societate* no momento da decisão de pronúncia, inexistindo posição doutrinária ou jurisprudencial a respeito da sua aplicabilidade.
 - c) a fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.
 - d) a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri independe da audiência da defesa.
 - e) quando o juiz se convencer, em discordância com a acusação, da existência de crime não afeto à competência do Tribunal do Júri e não for competente para o julgamento, deverá intimar o

acusado para informar se concorda com a desclassificação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. Acerca do conceito e da classificação das constituições, assinale a opção correta.
- a) A constituição, segundo a concepção política de Ferdinand Lassalle, corresponde a uma decisão política fundamental, de modo que é possível ter no Estado duas Constituições: uma real e efetiva e outra que é mera folha de papel.
 - b) Carl Schmitt idealizou o sentido político de Constituição, segundo o qual são normas constitucionais tudo o que estiver codificado numa lei organizadora do Estado, sem fazer qualquer distinção entre normas de cunho formal ou material.
 - c) A Atual Constituição brasileira, quanto à finalidade, é classificada como garantia, uma vez que retrata apenas o indispensável para a existência do Estado brasileiro, com o propósito de submeter todas as forças políticas existentes ao seu regramento.
 - d) No Brasil, dada a supremacia formal da Constituição, a distinção entre normas materialmente constitucionais e normas formalmente constitucionais é irrelevante para fins de aferição da possibilidade de controle de constitucionalidade das normas infraconstitucionais.
 - e) Toda Constituição rígida é escrita, assim como toda constituição flexível é não escrita.

52. Sobre o direito de associação

- a) é plena a liberdade de associação, inclusive a de caráter militar.
- b) a criação de associações deve observar o princípio da unicidade, de modo que, numa mesma base territorial, sendo a menor a área de um município, apenas uma associação de mesma finalidade poderá ser criada.
- c) uma associação que tiver finalidade ilícita poderá ter compulsoriamente dissolvida por decreto do prefeito, desde que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, uma vez que os direitos fundamentais não têm caráter absoluto.
- d) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente. No mandado de segurança coletivo, entretanto, ocorre a substituição processual, de maneira que não há a necessidade de autorização dos associados, para que as entidades associativas sejam impetrantes do *mandamus* em benefício daqueles.
- e) Não prejudica o direito de liberdade de associação a exigência legal de que a utilização de benefício assistencial, no período do defeso, depende da comprovação de estar cooperado.

53. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.
- b) Para que possam concorrer a outros cargos, os titulares de mandatos eletivos do Executivo e do Legislativo deverão renunciar aos seus cargos até seis meses antes do pleito. Assim, o governador é inelegível deputado, bem como o senador é inelegível Presidente da República, salvo se renunciarem aos seus respectivos cargos no prazo fixado pela Constituição Federal.
- c) Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.
- d) São brasileiros natos, em regra, os que nascem no Brasil, independentemente de os pais serem ou não brasileiros. Aqueles que nascem fora do Brasil, ainda que filhos de brasileiros, não obterão a

nacionalidade primária dos pais, salvo se vierem residir no Brasil e optarem, a qualquer tempo, depois de adquirida a maioria, pela nacionalidade brasileira.

- e) O sindicato é legitimado a fazer a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, nas questões judiciais e extrajudiciais, independentemente de autorização expressa do associado.

54. A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.
- b) Compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal compete julgar o Chefe do Executivo da União por crime comum. Nos dois casos, primeiro é necessário que a Câmara admitida a acusação, por dois terços de seus membros.
- c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.
- d) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.
- e) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

55. A respeito do processo legislativo, conforme disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal, indique a única alternativa correta.

- a) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos e resoluções.
- b) Assim como ocorre no processo legislativo das emendas à Constituição, não há iniciativa popular no processo legislativo das leis complementares.
- c) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral, direito penal, processual penal, direito civil e processual civil.
- d) Nos projetos de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República, não será admitida emenda parlamentar.
- e) Nos projetos de sua iniciativa, poderá o Presidente da República solicitar urgência para apreciação. Cada casa do Congresso Nacional terá prazo de 45 dias para manifestação sobre a proposição. Se o Senado emendar o projeto, a Câmara dos Deputados terá prazo de 10 dias para se manifestar.

56. A respeito das Súmulas Vinculantes e do controle de constitucionalidade, aponte a alternativa correta.

- a) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante, para dirimir controvérsia a respeito de determinada matéria.
- b) A Súmula Vinculante, a partir de sua publicação na imprensa oficial, vincula aos demais órgãos do Poder Judiciário, ao Executivo, ao Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- c) Podem propor Súmula Vinculante os que podem propor ação direta de inconstitucionalidade, além de outros autorizados por lei infraconstitucional.
- d) A ação direta de inconstitucionalidade pode ser utilizada para combater Súmula Vinculante que contém ofensa direta ao texto da Lei Maior.

e) O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que autoriza a suspensão do processo.

57. Acerca do Poder Judiciário e do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- b) É obrigatória a promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas na lista de merecimento.
- c) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá negar seguimento a recurso extraordinário por falta de repercussão geral.
- d) A chamada regra do quinto constitucional é aplicada aos tribunais em geral, com exceção do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais eleitorais e do Superior Tribunal Militar.
- e) Na promoção por antiguidade, o tribunal não tem meios de recusar a promoção do juiz mais antigo, salvo se estiver retardando injustificadamente os autos.

58. Acerca da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), indique a alternativa correta.

- a) A ADPF objetiva evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. Poderá ser proposta também quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, desde que contemporâneos da Constituição.
- b) A admissão da arguição, assim como na ação declaratória de constitucionalidade, está adstrita à comprovação, na petição inicial, da existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação do preceito fundamental que se considera violado.
- c) Assim como ocorre na ação direta de inconstitucionalidade, em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, sem a necessidade de submeter a decisão provisória ao Tribunal Pleno.
- d) A decisão proferida em ADPF tem eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público. Os efeitos da decisão começam a ser produzidos após o trânsito em julgado.
- e) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecorrível, não podendo ser objeto de ação rescisória.

59. A respeito da organização político-administrativa do Estado, indique a alternativa correta.

- a) Os Territórios integram a União e são criados por lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional. Os Territórios, diferentemente do Distrito Federal, poderão ser divididos em Municípios.
- b) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- c) Cabe aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão ou permissão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

d) Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados pela Assembleia Legislativa, por meio de decreto legislativo, observados os limites constitucionais.

e) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal.

60. A respeito do Poder Legislativo e da autonomia estadual, assinale a opção correta, nos termos definidos pela Constituição Federal e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- a) Compete ao Congresso Nacional processar e julgar o advogado-geral da União por crime de responsabilidade.
- b) A Constituição Federal proíbe a edição de medidas provisórias estaduais.
- c) A comissão parlamentar de inquérito (CPI) tem a prerrogativa para convocar Ministros de Estado a prestarem esclarecimentos, mas não podem promover a quebra de sigilo bancário de investigado.
- d) Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, conceder anistia. Terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tortura e os crimes hediondos definidos por lei não admitem anistia.
- e) Nas últimas eleições, o Estado do Ceará elegeu 22 deputados federais. A quantidade de deputados estaduais é definida a partir da quantidade de deputados federais eleitos, de forma que o número de deputados estaduais do Ceará corresponde ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.

DIREITO ELEITORAL

Rafael Barreto

61. Sobre os juízes eleitorais é correto afirmar que:

- a) são órgãos da justiça eleitoral, organizados em carreira, cujo ingresso se dará no cargo inicial de juiz substituto, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.
- b) são órgãos da justiça eleitoral, mas não há um quadro próprio e exclusivo de juízes eleitorais, sendo a judicatura eleitoral em primeiro grau exercida por juízes federais.
- c) são órgãos da justiça eleitoral, mas não há um quadro próprio e exclusivo de juízes eleitorais, sendo a judicatura eleitoral em primeiro grau exercida por juízes estaduais de primeiro grau.
- d) compete aos juízes eleitorais julgar o registro de diretório municipal de partido político e expedir diploma aos eleitos para os cargos municipais.
- e) compete aos juízes eleitorais expedir diploma aos eleitos para os cargos municipais.

62. Sobre as deliberações e competências do Tribunal Superior Eleitoral, é correto afirmar que:

- a) O Tribunal Superior Eleitoral delibera por maioria de votos, em sessão pública, sempre com a presença da maioria de seus membros.
- b) Em regra, o Tribunal Superior Eleitoral delibera com a presença da maioria de seus membros. Entretanto, as decisões do Tribunal Superior, assim na interpretação do Código Eleitoral em face da Constituição e cassação de registro de partidos políticos, como sobre quaisquer recursos que importem anulação geral de eleições ou perda de diplomas, só poderão ser tomadas com a presença de todos os seus membros
- c) O Tribunal Superior Eleitoral tem competência para processar e julgar, originariamente, o registro e a cassação de registro de partidos políticos, dos seus diretórios nacionais e de candidatos à Presidência e Vice Presidência da República e ao Senado Federal.
- d) Compete originariamente ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar a ação rescisória, nos casos de inelegibilidade, desde que intentada dentro do prazo de dois anos de decisão irrecorrível
- e) Compete originariamente ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar a ação rescisória, nos

casos de inelegibilidade e de falta de condição de elegibilidade, desde que intentada dentro do prazo de 120 dias da decisão de decisão irrecorrível

63. Sobre os direitos políticos e o exercício da soberania popular, é correto afirmar que:

- a) Nos termos da Constituição, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo, iniciativa popular e *recall*.
- b) A diferença entre o plebiscito e o referendo está no momento da consulta em relação à tomada de decisão política. No plebiscito a consulta ao eleitorado é feita de maneira posterior em relação à tomada de decisão, enquanto no referendo a consulta é feita de maneira prévia à decisão tomada pelo governante.
- c) Compete privativamente ao Presidente da República convocar plebiscito e referendo.
- d) A execução de plebiscito e referendo é atribuição da Justiça Eleitoral.
- e) A iniciativa popular consiste na possibilidade de o povo apresentar um projeto de lei ou uma proposta de emenda constitucional diretamente ao Parlamento.

64. Acerca das condições de elegibilidade, é correto afirmar que:

- a) A aferição das condições de elegibilidade deve ser realizada até a data da eleição.
- b) Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, o conceito de domicílio eleitoral não é correlato ao conceito de domicílio civil.
- c) Para concorrer às eleições o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, 1 ano antes do pleito e estar com a filiação partidária definida pelo partido no mesmo prazo.
- d) A idade mínima exigida dos candidatos a vereador deverá ser verificada tendo como referência a data da posse.
- e) A idade mínima exigida dos candidatos a vereador deverá ser verificada tendo como referência a data da eleição.

65. Acerca da inelegibilidade reflexa, é correto afirmar que:

- a) A inelegibilidade reflexa torna inelegíveis o cônjuge e os parentes do titular de mandato eletivo, visando impedir que a titularidade do poder político se perpetue no âmbito de um núcleo familiar, numa espécie de continuidade familiar no exercício do Poder.
- b) A inelegibilidade reflexa incide não apenas sobre a relação conjugal, como também sobre a relação de união estável, seja homoafetiva ou heteroafetiva.
- c) A dissolução do vínculo conjugal no curso do mandato não afasta a inelegibilidade reflexa em nenhuma hipótese.
- d) A dissolução do vínculo conjugal no curso do mandato não afasta a inelegibilidade reflexa, ainda que ocorra em razão do falecimento do titular do Poder Executivo.
- e) Cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até segundo grau ou por adoção do Prefeito estão inelegíveis para qualquer eleição municipal no País.

66. Acerca do abuso de poder econômico durante o período pré-eleitoral, é correto afirmar que:

- a) A prática de abuso de poder econômico se restringe a atos praticados durante o período eleitoral, não abrangendo os atos do período pré-eleitoral.
- b) A prática de abuso de poder econômico abrange os atos do período pré-eleitoral, e pode ser apurada durante o próprio período de pré-campanha.
- c) Para a configuração do abuso de poder econômico é necessário que os gastos eleitorais e os atos de propaganda sejam ilícitos.
- e) Condutas que não configuram propaganda antecipada não podem configurar abuso de poder econômico.
- e) É possível que condutas que não configuram propaganda antecipada configurem abuso de poder quando presentes os seguintes elementos: a) os meios utilizados ultrapassam o limite do razoável; b) as condutas sejam reiteradas; c) os custos, a capilaridade, a abrangência e o período de exposição sejam expressivos.

67. Acerca da propaganda no dia da eleição, é incorreto afirmar que:

- a) É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos
- b) É vedada, no dia do pleito, até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, bem como os instrumentos de propaganda referidos em lei, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.
- c) Constitui crime, no dia do pleito, até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, bem como os instrumentos de propaganda referidos em lei, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.
- d) Constituem crimes, no dia da eleição, o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreatas, a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna, a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos e publicação de novos conteúdos ou o impulsionamento de conteúdos nas aplicações de internet de que trata o art. 57-B da Lei 9.504/1997, podendo ser mantidos em funcionamento as aplicações e os conteúdos publicados anteriormente.
- e) Aos fiscais partidários, nos trabalhos de votação, só é permitido que, em seus crachás, constem o nome e a sigla do partido político ou coligação a que sirvam, vedada a padronização do vestuário.

68. Sobre a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) No ano em que se realizar eleição, fica proibida integralmente a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública.
- b) No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto apenas nos casos de calamidade pública ou de estado de emergência.
- c) No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.
- d) Nos anos eleitorais, os programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida.
- e) Nos anos eleitorais, os programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida, desde que acompanhadas pelo Ministério Público.

69. Acerca dos sistemas eleitorais, é incorreto afirmar que:

- a) O sistema eleitoral majoritário se subdivide em simples e absoluto. Pelo sistema majoritário simples, basta obter mais votos que os demais candidatos para ser eleito, ainda que isso não represente a vontade da maioria do eleitorado. Já no sistema majoritário absoluto, se exige a obtenção da maioria absoluta dos votos, ou seja, de mais do que 50% dos votos válidos.
- b) No sistema eleitoral proporcional, a quantidade de votos obtidos pela agremiação partidária é determinante para que os candidatos sejam eleitos,

sendo possível que um candidato obtenha votação elevada e, ainda assim, não seja eleito.

- c) O *quociente eleitoral* resulta da divisão do número de votos válidos pelo número de lugares a preencher na circunscrição eleitoral, desprezada a fração, se igual ou inferior a meio, e equivalente a um, se superior.
- d) O *quociente partidário* representa o número de mandatos conquistado pelo partido político, e resulta da divisão do número de votos obtido pela agremiação partidária pelo quociente eleitoral, desprezada a fração.
- e) O Direito brasileiro adota o critério da *maior média* para ocupação dos lugares não preenchidos. Podem concorrer à distribuição dos lugares não preenchidos apenas os partidos que tenham atingido o quociente eleitoral.

70. Ao ingressar em um local de votação e tentar votar em nome de outra pessoa, um eleitor é impedido pelo mesário em serviço, e, em razão disso, contra ele, efetua disparos com arma de fogo, dando causa à sua morte. Considerando que o artigo 78 do CPP, ao estabelecer regras de competência, prevê, em seu inciso IV, que, “no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá esta”, e diante da ocorrência conjunta de um crime eleitoral e um crime doloso contra a vida, é correto afirmar que,

- a) atingindo bens tutelados de forma diferenciada, não se vê a conexão necessária à manutenção da unicidade do processo.
- b) ocorrendo crime eleitoral conexo com crime doloso contra a vida, o julgamento deverá ser cindido, cabendo a cada tribunal julgar o crime de sua competência.
- c) nos termos da lei processual, deve prevalecer a unicidade do processo, competindo o julgamento à Justiça Eleitoral.
- d) nos termos da lei processual, deve prevalecer a unicidade do processo, competindo o julgamento à Justiça comum.
- d) ante a ocorrência de crime mais grave, afrontoso à tutela do bem maior, a vida, deve prevalecer a unicidade do processo, competindo o julgamento ao Tribunal do Júri

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

71. Carlos, produtor rural, não está inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) como empresário, mas está em dia com a Declaração de Informações Fiscais de Pessoa Jurídica (DIPJ). Para requerer a recuperação judicial deverá comprovar o exercício de sua atividade há mais de

- a) 1 ano.
- b) 5 anos.
- c) 2 anos.
- d) 3anos
- e) Carlos não poderá pedir recuperação judicial nessas condições.

72. O endosso e aval são atos típicos dos títulos de crédito, dentre eles a Letra de Câmbio. A respeito dos atos cambiários, prevê o Anexo I do Decreto 57.663/66:

- a) É admitido o endosso parcial.
- b) O endossante poderá inserir cláusula que subordine o endosso ao cumprimento de uma condição.
- c) O aval não admite a forma parcial.
- d) O endosso posterior ao vencimento produz os mesmos efeitos que o anterior.
- e) O aval posterior ao vencimento é considerado tardio.

73. Sobre os seguintes títulos de crédito, é correto afirmar que

- a) A duplicata não aceita deve ser protestada para que haja pretensão executiva contra o devedor principal.
- b) na Cédula de Produto Rural física, o endossante responde pela entrega do produto.
- c) no cheque, o endosso parcial é admitido, desde que aposto de maneira inequívoca no título.
- d) nos títulos atípicos, é vedado o pagamento parcial da soma constante do título.
- e) no cheque, o aval deve ser dado, exclusivamente, no verso do título.

74. Sobre as sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

- a) As quotas podem ser iguais ou desiguais.
- b) As omissões do seu regime legal são, em qualquer hipótese, supridas pelas normas de sociedades anônimas.
- c) A aprovação de exclusão de sócio deve levar em consideração a unanimidade de sócios.
- d) Qualquer sócio minoritário pode eleger, separadamente, um membro do conselho fiscal.
- e) As omissões do seu regime legal são, em qualquer hipótese, supridas pelas normas de sociedades cooperativas.

75. Assinale a alternativa correta.

- a) O conselho de administração é órgão obrigatório apenas em companhias fechadas.
- b) O voto não é direito essencial do acionista.
- c) Na sociedade por ações, a responsabilidade dos acionistas será limitada ao valor de emissão das ações subscritas, e responderão solidariamente pela integralização do capital.
- d) Na sociedade limitada, a responsabilidade é subsidiária para a integralização do capital.
- e) Nenhuma das anteriores.

76. Responda de acordo com o Código Civil Brasileiro, assinalando a assertiva CORRETA:

- a) A sociedade anônima funciona sob firma integrada pelo vocábulo "companhia".
- b) A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.
- c) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob denominação.
- d) Cabe ao prejudicado, no prazo de cinco anos, ação para anular a constituição da pessoa jurídica por violação da lei ou do contrato.
- e) O nome empresarial existe nas formas de firma e estabelecimento.

77. Sobre os seguintes contratos empresariais, é correto afirmar que

- a) A entrega judicial forçada dos bens integrantes de contrato de comissão mercantil, ainda que estejam assinados por duas testemunhas não comporta ação executiva, em vista de sua iliquidez.
- b) O agenciado não pode cumular a função de distribuidor nos contratos de agência regidos pelo código civil.
- c) nas locações em shopping centers, o locador pode recusar a renovação se o imóvel vier a ser utilizado por ele.
- d) a cláusula “*del credere*” é típica dos contratos de comissão mercantil.
- e) nenhuma das anteriores.

78. De acordo com a atual redação da Lei n.º 11.101/2005, o pedido de recuperação judicial, com base em plano especial para microempresas e empresas de pequeno porte,

- a) é obrigatório para as microempresas e facultativo para as empresas de pequeno porte.
- b) é obrigatório para o produtor rural, desde que esteja em dia com a declaração de informações fiscais de pessoa jurídica (DIPJ).
- c) abrange as empresas em formação, cujos atos constitutivos não tenham sido levados a registro no órgão competente.
- d) abrangerá todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, em regra.
- e) abrangerá apenas os créditos quirografários.

79. O contrato em que uma pessoa assume, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência, a obrigação de promover, à conta de outra, mediante retribuição, a realização de certos negócios, em zona determinada. Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que esse contrato é um

- a) Mútuo mercantil
- b) Comissão mercantil
- c) Agência
- d) Concessão
- e) Fidúcia mercantil

80. Com relação a consórcios, a Lei das Sociedades Anônimas dispõe que

- a) o consórcio não tem personalidade jurídica.
- b) o consórcio assume personalidade jurídica nas mesmas condições que o grupo de sociedades.
- c) a falência de uma consorciada é motivo de extinção do consórcio.
- d) o consórcio será constituído por estatuto social, tanto quanto o grupo de sociedades.
- e) nenhuma das anteriores.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rogério Cunha

81. Dadas as afirmativas a respeito do Imposto Sobre Serviços (ISS),

- () Incide o ISS sobre a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.
- () O ISS não incide sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras
- () Todos os serviços regulados pela lei como fatos geradores de ISS não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), salvo nos casos em que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.
- () Também não incide ISS sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

Julgue os itens abaixo.

- a) V,V,V,V.
- b) F,V,F,V.
- c) V,F,V,F.
- d) V,F,F,F,.
- e) F, V,F,F.

82. A respeito do entendimento vinculante do STF em matéria tributária, assinale a alternativa correta.

- a) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade.
- b) Na entrada de mercadoria importada do exterior, é ilegítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.
- c) O ICMS incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.
- d) É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, sobre operações de locação de bens móveis.
- e) É constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

83. Acerca da jurisprudência dos tribunais superiores sobre o regime jurídico do Imposto sobre propriedade territorial urbana (IPTU) e Imposto sobre Serviços (ISS) julgue as afirmações abaixo:

I - A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.

II- Tanto o promitente comprador do imóvel quanto seu proprietário/promitente vendedor são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU.

III- Cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU

IV- As operadoras de planos privados de assistência à saúde (plano de saúde e seguro-saúde) realizam prestação de serviço sujeita ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, previsto no art. 156, III, da CRFB/88;

Estão corretos:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) todas estão corretas.

84. Considerando o instituto da denúncia espontânea, assinale a opção incorreta:

- a) Se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração, desde que ainda não transitada em julgada a apuração
- b) - O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.
- c) A responsabilidade pelos juros de mora não é excluída pela denúncia espontânea da infração.
- d) o instituto da denúncia espontânea não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.
- e) O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro

85. Sobre limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a alternativa incorreta.

- a) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.
- b) Base de cálculo, sujeitos ativo e passivo e alíquotas devem estar previstos em lei formal e material, sob pena de violar os princípios da legalidade e tipicidade tributária.
- c) A alteração da base de cálculo do IPTU não se sujeita ao princípio da anterioridade nonagesimal.
- d) Ato infralegal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária afronta o princípio da legalidade tributária.
- e) Medida provisória pode instituir ou majorar imposto e, neste caso, a obediência à anterioridade anual tributária pressupõe a sua conversão em lei até o último dia do exercício financeiro em que for editada, para que a nova norma possa ser aplicada no ano seguinte.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

86. Uma indústria do setor de siderurgia, emissora de gases poluentes, possui projeto para se instalar em zona industrial no interior de Minas Gerais. Ocorre que os técnicos do órgão ambiental responsável alertaram para o fato de que a capacidade de suporte de poluição da área já está saturada. Nesse caso, em obediência ao princípio

- a) da participação comunitária o projeto deverá ser aprovado pelo órgão ambiental.
- b) do desenvolvimento sustentável o projeto deverá ser rejeitado pelo órgão ambiental.
- c) da educação ambiental o projeto deverá ser rejeitado pelo órgão ambiental.
- d) do usuário pagador o projeto deverá ser aprovado pelo órgão ambiental, desde que o empreendedor pague pelo direito de poluir.
- e) da liberdade econômica o projeto deverá ser aprovado pelo órgão ambiental.

87. O Ministério Público do Estado de Santa Catarina ajuizou ação civil pública em face do Município de Chapecó pleiteando o ressarcimento do dano ambiental causado pelo referido ente estatal, que suprimiu vegetação em área ambiental protegida sem a devida licença. No caso em questão:

- a) O Ministério Público não possui legitimidade para propor tal ação, mas apenas a Defensoria Pública, motivo pelo qual a demanda deve ser julgada extinta por ilegitimidade ativa.
- b) A ação civil pública não pode ser utilizada para proteção do meio ambiente.
- c) A demanda deverá ser julgada improcedente, pois a sociedade não pode ser prejudicada pela postura dos agentes públicos responsáveis pela degradação.
- d) A ação civil pública deverá ser julgada procedente, caso reste comprovada a degradação ambiental apontada na exordial.
- e) A ação civil pública deverá ser extinta sem o julgamento do mérito por ilegitimidade passiva, haja vista que pessoa jurídica de direito público não pode ser enquadrada na definição de poluidor por expressa determinação legal.

88. A competência legislativa para proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, que é englobado pelo conceito de meio ambiente, é:

- a) Concorrente entre União, Estados e DF.
- b) Comum a todos os entes da federação.
- c) Exclusiva da União.
- d) Concorrente entre Estados, DF e Municípios.
- e) Privativa dos Estados e DF.

89. O órgão central do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC é:

- a) O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.
- b) O IBAMA.
- c) O Instituto Chico Mendes.
- d) O Conselho de Governo.
- e) O Ministério do Meio Ambiente.

90. Acerca da Política Nacional de Recursos Hídricos, assinale a alternativa correta:

- a) A água é um recurso natural ilimitado, dotado de valor econômico.
- b) A outorga de direito de uso de recursos hídricos não poderá ser suspensa, a não ser em caso de culpa do outorgado.
- c) Os Planos de Recursos Hídricos serão elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País.
- d) O Estado-membro é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- e) Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a vinte e cinco anos, renovável.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

91. Acerca dos Princípios da Administração Pública, responda

- a) É inaplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.
- b) A alienação de controle acionário de empresas subsidiárias das empresas estatais exige a autorização legislativa.
- c) É desnecessária, em regra, lei específica para inclusão de sociedade de economia mista ou de empresa pública em programa de desestatização.
- d) As fundações públicas de direito privado fazem jus à isenção das custas processuais
- e) Desconcentração e a descentralização pressupõem a criação de novos entes, com personalidade jurídica própria, no primeiro caso para execução direta e, no segundo, para execução indireta de atividades públicas.

92. Em relação aos Consórcios Públicos, assinale a alternativa incorreta.

- a) O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.
- b) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.
- c) É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.
- d) O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido por estatuto próprio.
- e) O contrato de rateio é a única forma possível para entrega de recursos pelos entes consorciados ao consórcio público.

93. No que diz respeito às regras sobre segurança jurídica e eficiência na aplicação do direito público, previstas na LINDB (Decreto-lei nº 4.657/42), é correto afirmar:

- a) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de culpa ou erro grosseiro.
- b) As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza, ainda que relativas a fatos distintos.
- c) É possível decidir com base em valores jurídicos abstratos na esfera judicial, sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão, mas não nas esferas controladora e administrativa.
- d) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
- e) A edição de atos normativos de mera organização interna poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.

94. Em relação aos atos administrativos, assinale a alternativa incorreta

- a) O diálogo competitivo poderá ser adotado, ao lado da concorrência, para as licitações nas concessões de serviços públicos e nas parcerias público privadas (leis 8.987/95 e 11.079/2004).
- b) O diálogo competitivo somente poderá ser utilizado quando a Administração Pública vise a contratar objeto que envolva inovação tecnológica ou técnica; impossibilidade de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; e impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração.
- c) O diálogo competitivo será conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos 3 (três) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.
- d) No diálogo competitivo, o licitante que apresentou a solução escolhida pela Administração Pública, terá vantagem na fase competitiva.
- e) A fase de diálogo poderá ser mantida até que a Administração, em decisão fundamentada, identifique a solução ou as soluções que atendam às suas necessidades.

95. Nos termos da Lei 14.133/2021, nova Lei de Licitações e Contratos, é correto afirmar:

- a) Sob pena de violação dos princípios da impessoalidade, moralidade e da licitação, o contrato administrativo é celebrado com o particular vencedor do procedimento licitatório, devendo ser executado apenas por ele, vedando-se, portanto, a subcontratação.
- b) As obrigações das partes contratantes, pela característica da comutatividade, são equivalentes e previamente definidas, permitindo-se, portanto, concluir, inexistir qualquer desequilíbrio entre as partes.
- c) A instabilidade é característica inerente aos contratos administrativos, tanto no que concerne as cláusulas regulamentares, quanto as cláusulas financeiras.
- d) O princípio da mutabilidade autoriza a alteração unilateral dos contratos administrativos, no entanto, deve ser realizado o reequilíbrio econômico-financeiro.
- e) É pacífico na doutrina serem os contratos administrativos típicos instrumentos de adesão.

96. Em relação ao Processo Administrativo Disciplinar, assinale a alternativa correta.

- a) A autoridade administrativa pode aplicar a pena de demissão quando em processo administrativo-disciplinar, é apurada a prática de ato de improbidade por servidor público, tendo em vista a independência das instâncias civil, penal e administrativa.
- b) O prazo prescricional interrompido com a abertura do processo administrativo disciplinar voltará a correr imediatamente após a interrupção.
- c) Havendo absolvição na esfera penal por motivo de ausência de provas, o processo administrativo disciplinar deverá ser julgado improcedente.
- d) Na hipótese em que a autoridade superior verifica pessoalmente o cometimento de infração disciplinar pelo subordinado, poderá aplicar diretamente a penalidade cabível, independentemente de processo administrativo disciplinar.
- e) Não é possível a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.

97. Sobre a prescrição, no âmbito da improbidade administrativa, julgue os itens a seguir:

- I. A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 8 (oito) anos, contados, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- II. Será interrompida pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- III. Será interrompida pela publicação da sentença condenatória.
- IV. Será suspensa com a instauração de inquérito civil ou processo administrativo, pelo prazo máximo de 365 dias.
- V. Não se admite a prescrição intercorrente em ação de improbidade administrativa.

Estão corretos:

- a) Os itens I, II, IV e V.
- b) Os itens I, II, III e IV.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Os itens I, II e III.
- e) Os itens I, III, IV e V.

98. Acerca da Responsabilidade Civil do Estado, é correto afirmar:

- a) A pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público não possui responsabilidade civil em razão de dano decorrente de crime de furto praticado em suas dependências.
- b) A responsabilidade civil por danos nucleares é integral, podendo ser afastada em casos extremos de força maior.
- c) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco administrativo.
- d) Não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado onexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- e) As empresas públicas, pessoas jurídicas de direito privado, são submetidas à responsabilidade civil objetiva, independentemente de seu objeto.

99. No que diz respeito aos agentes públicos, assinale a alternativa incorreta.

- a) São constitucionais as restrições ao exercício da advocacia aos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- b) O Estado responde de forma objetiva pelos danos causados a profissional de imprensa ferido, por policiais, durante cobertura jornalística de manifestação pública em que ocorra tumulto ou conflito, desde que o jornalista não haja descumprido ostensiva e clara advertência quanto ao acesso a áreas definidas como de grave risco à sua integridade física, caso em que poderá ser aplicada a excludente da responsabilidade por culpa exclusiva da vítima.
- c) Viola a Constituição Federal a vinculação do subsídio dos deputados estaduais ao quantum estipulado pela União aos deputados federais.
- d) É constitucional a utilização de Decreto Legislativo estadual para a fixação de subsídio de deputados estaduais.
- e) Viola a Constituição Federal a Emenda à Constituição estadual que institui, como limite remuneratório único dos servidores públicos estaduais, o valor do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

100. Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é incorreto afirmar que:

- a) Pessoa Jurídica de Direito Público tem direito à indenização por danos morais relacionados à violação da honra ou da imagem, quando a credibilidade institucional for fortemente agredida e o dano reflexo sobre os demais jurisdicionados em geral for evidente.
- b) É ilegal o estabelecimento de critérios de classificação para a escolha de licitantes em credenciamento.
- c) Em ação de desapropriação indireta é cabível reparação decorrente de limitações administrativas.
- d) O prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta, na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local é de 15 anos.
- e) Não implica nulidade do processo administrativo, decorrente da inobservância do direito à não autoincriminação, quando a testemunha, até então não envolvida, noticia elementos que trazem para si responsabilidade pelos episódios em investigação.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
